



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1002999-64.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Overbooking**
Requerente: **Fábio Gomes Melchhiades e outro**
Requerido: **Companhia Aerea South African Airways Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que os autores alegaram ter adquirido passagens aéreas da ré para viagem que fariam em classe econômica até a cidade de Joanesburgo – África do Sul, mas dias antes do embarque souberam que o voo estava lotado, razão pela qual aceitaram a alteração para outro com saída prevista para um dia antes, agora em classe executiva.

Alegaram ainda que quando foram embarcar houve a constatação de que o autor **FÁBIO** não estava com a documentação de sua vacinação em ordem, de sorte que o embarque foi negado, e que conquanto tenham conseguido resolver tal pendência sucedeu nova negativa porque o voo estaria lotado.

Salientaram que acabaram por viajar na classe econômica, de sorte que almejam ao ressarcimento dos danos materiais e morais que suportaram.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

A primeira questão que demanda enfrentamento nos autos concerne a definir que casos como o dos autos, preservado o respeito que tributo aos que perfilham entendimento diverso, não são disciplinados por convenções internacionais.

Diversas são as manifestações do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo nesse sentido:

*"...A companhia aérea que presta o serviço de transporte aéreo internacional de passageiros responde objetivamente pelos danos causados e, a partir do advento da CF/88, não mais se aplicam os limites de indenização previstos e Convenções Internacionais, como a Convenção de Montreal precedida pela Convenção de Varsóvia" (Ap. 9136159-79.2009.8.26.000, Rel. Des. **REBELLO PINHO**, j . 6.6.2011).*

*"Indenizatória por danos materiais e morais - Transporte aéreo - Extravio de bagagem - Descumprimento contratual - Inaplicabilidade da Convenção de Varsóvia - Indenização tarifada afastada..." (Ap. 9197227-64.2008.8.26.0000, Rel. Des. **LÍGIA ARAÚJO BISOGNI**, j . 27.4.2011).*

Por outro lado, não há dúvidas de que o voo ajustado entre as partes foi antecipado em um dia por proposta da ré, a qual em contrapartida permitiu que ele se desse em classe executiva (e não econômica como de princípio se daria).

Não há dúvidas igualmente quanto a um problema inicial no embarque provocado pela falta de documentação do autor **FÁBIO** relativa à vacinação contra febre amarela, a exemplo de que mesmo com a resolução da pendência o embarque acabou sendo negado.

Na peça de resistência, a ré deixou claro que disponibilizou os assentos dos autores porque não tinha ciência de que adequariam a documentação necessária (fl. 58, item 31).

É certo, por fim, que o embarque acabou acontecendo no mesmo voo, mas em classe econômica.

Assentadas essas premissas, entendo que os autores não fazem jus à reparação por danos materiais.

Na verdade, eles não experimentaram qualquer prejuízo financeiro porque não haviam adquirido passagens na classe executiva e sim na econômica.

A alteração no particular partiu de iniciativa da própria ré, considerando que o voo estaria lotado, mas em momento algum os autores tiveram acréscimo ao pagamento que já haviam realizado por ocasião da compra das passagens.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Conclui-se, pois, que a modificação por último operada não importou diminuição patrimonial dos autores e por esse motivo tomo como incabível cogitar da reparação aqui postulada.

Quanto aos danos morais, tenho-os por caracterizados.

Realço que a ré não logrou amearhar dados consistentes que afastassem a ideia de que incorreu em *overbooking* e que prática dessa natureza já poderia ensejar os danos reclamados, como reconhecido pelo Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:

“INDENIZAÇÃO. *Responsabilidade civil. Danos morais. Transporte aéreo. 'Overbooking'. Descumprimento contratual. Relação de consumo. Aplicabilidade do Código de Defesa do Consumidor. Danos morais configurados. Dever de indenizar que é de rigor. Resolução 141 da ANAC que não afasta responsabilidade da ré. Verba indenizatória devida em observância aos princípios da moderação e proporcionalidade. Recurso provido para julgar procedente, em parte, a ação”* (Apelação nº 1099039-85.2016.8.26.0100, 14ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **LÍGIA ARAÚJO BISOGNI**, j. 25/04/2017).

Como se não bastasse, é evidente que a crença da ré no sentido de que não seria resolvido problema da documentação da vacinação de **FÁBIO** foi no mínimo precipitada.

Por outras palavras, deveria ela aguardar o desenrolar dos acontecimentos, mas como não o fez, supondo que a pendência não seria solucionada, deverá arcar com as consequências daí derivadas.

As regras de experiência comum (art. 5º da Lei nº 9.099/95) são suficientes para firmar a certeza de que os autores foram então expostos a desgaste de vulto, pouco importando que o início da situação fosse provocado por **FÁBIO**.

Independentemente disso, a responsabilidade da ré surge clara quando ela num segundo momento por ato próprio decidiu disponibilizar os assentos dos autores a terceiros, provocando grande aborrecimento e frustração neles que contornaram o que haviam causado.

Esse cenário, que desaguou em viagem em condições diversas e piores das ofertadas pela ré, dá margem aos danos morais passíveis de reparação.

O valor pleiteado está em consonância com os critérios empregados em casos afins (toma em consideração a condição econômica das partes e o grau do aborrecimento experimentado, de um lado, bem como a necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado), merecendo vingar.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar a cada um dos autores a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.

São Carlos, 14 de julho de 2017.

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA